

2ºRTD-RJ - 1018125

Emol: 363,76/Distrib: 16,13/Let: 111/09
Mútua/ACOTERJ: 10,25/FETJ: 75,97
Lei 4.664/05: 18,99 / Tot. Emol. (R\$) 104,95
PARÂM: Vies: 2 / Nome(s): 5 / Pág: 5
Proc. Estr. N / Averb: N / Dila: .



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
COM GARANTIA REAL, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
A GERADORA ALUGUEL DE MÁQUINAS S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão de A Geradora Aluguel de Máquinas S.A." ("Escritura de Emissão"):

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

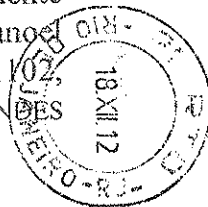
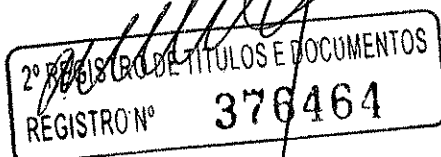
A GERADORA ALUGUEL DE MÁQUINAS S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Salvador, Estado de Bahia, na Avenida Barros Reis 2545, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 33.845.322/0001-90, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") sob o NIRE 29.300.030.562, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

III. como fiadores e principais pagadores, solidariamente entre si e com a Companhia:

ANTÔNIO CELSO DO AMARAL REIS, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da cédula de identidade n.º 261.851-64, expedida por SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o n.º 004.646.257-91, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Manoel Gomes de Mendonça 57, Loteamento Pituba Ville, Lote 9, apartamento 1102, neste ato com a expressa anuência de seu cônjuge, TEREZINHA FERNANDES REIS, qualificada abaixo; e



Reis

12

1018125 =

#

ENILSON MOREIRA DE LIMA, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade n.º 11.434.391-41, expedida por SSP/BA, inscrito no CPF sob o n.º 008.496.944-34, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Manoel Gomes de Mendonça 57, Loteamento Pituba Ville, Lote 9, apartamento 1302 (Antônio Celso do Amaral Reis e Enilson Moreira, em conjunto, "Fiadores"); e

- IV. como cônjuge de Antônio Celso do Amaral Reis, expressamente anuindo com a outorga da Fiança (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo), e, adicionalmente, assumindo as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão:

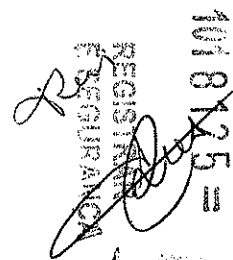
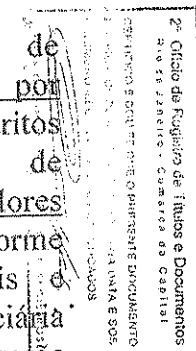
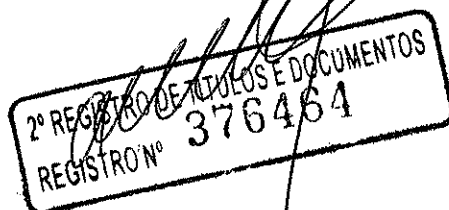
TEREZINHA FERNANDES REIS, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, funcionária pública, portadora da cédula de identidade n.º 00.429.228-60, expedida por SSP/SP, inscrita no CPF sob o n.º 856.569.925-00, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Manoel Gomes de Mendonça 57, Loteamento Pituba Ville, Lote 9, apartamento 1102 (Antônio Celso do Amaral Reis, Enilson Moreira de Lima e Terezinha Fernandes Reis, em conjunto, "Garantidores");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A (i) emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"); (ii) oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e (iii) outorga da Alienação Fiduciária de Bens Móveis (conforme definido na Cláusula 6.12 abaixo), serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 7 de dezembro de 2012 ("RCA da Companhia"); e
- II. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 7 de dezembro de 2012 ("AGE").



Rf

Ln

✱

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a outorga das Garantias serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:

(a) a ata da AGE da Companhia será arquivada na JUCEB e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia ("DOEBA") e no jornal "Tribuna da Bahia";

(b) a ata da RCA da Companhia será arquivada na JUCEB e publicada no DOEBA e no jornal "Tribuna da Bahia";

II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão:

(a) inscritos na JUCEB; e

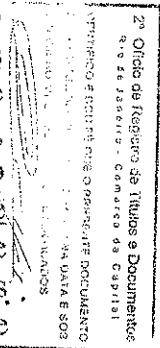
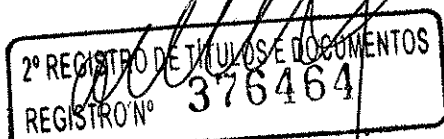
(b) registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Salvador, Estado de Bahia, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

III. *constituição da Alienação Fiduciária de Bens Móveis.* Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 6.12 abaixo, a Alienação Fiduciária de Bens Móveis foi formalizada por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia", celebrado em 10 de dezembro de 2012, entre a Companhia e o Agente Fiduciário (tal contrato e seus aditamentos, "Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis"), e será constituída mediante

(a) registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos; e

(b) se aplicável, registro na repartição competente para o licenciamento e anotação no certificado de registro de bem móvel que seja considerado um veículo;

IV. *constituição da Alienação Fiduciária de Ações.* Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 6.13 abaixo, a Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Cláusula 6.13 abaixo) foi formalizada por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações de Emissão de A Geradora Aluguel de Máquinas S.A. em Garantia", celebrado em 10 de dezembro de 2012, entre os Garantidores, o Agente Fiduciário

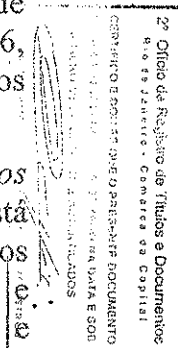


1018125=

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

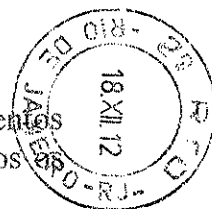
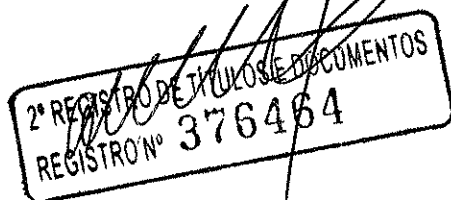
e a Companhia (tal contrato e seus aditamentos, "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", e em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, "Contratos de Garantia"), e será constituída mediante (a) a averbação da Alienação Fiduciária de Ações no livro de registro de ações da Companhia, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (b) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;

- V. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- VI. *registro para negociação e custódia eletrônica.* Observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- VII. *registro pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- VIII. *registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".



3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social a locação de máquinas e equipamentos comerciais e industriais com ou sem uso de operadores, bem como todos os serviços de manutenção nos equipamentos locados.



REGISTRAR
E
SEGURANÇA

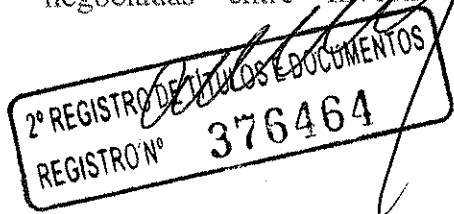
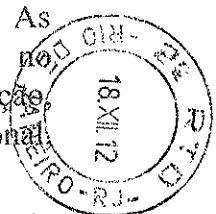
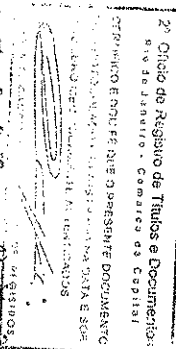
1018125

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para (i) a liquidação integral da totalidade dos passivos da Companhia listados no Anexo I a esta Escritura de Emissão; (ii) o reperfilamento de outros passivos da Companhia que não estejam listados no Anexo I a esta Escritura de Emissão, até o limite de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais); (iii) aquisições de sociedades e de novos equipamentos, até o limite de R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais); e (iv) reforço de capital de giro da Companhia, até o limite de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais); observado que o somatório dos itens (i) a (iv) acima não poderá exceder o Valor Total da Emissão (conforme definido na Cláusula 6.2 abaixo).

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão de A Geradora Aluguel de Máquinas S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de Banco Votorantim S.A. ("Coordenador Líder"), de Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e de Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Bradesco BBI, "Coordenadores"), instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 5.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do SDT, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição, na mesma data ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo).
- 5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SNE. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos

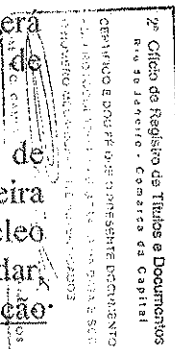
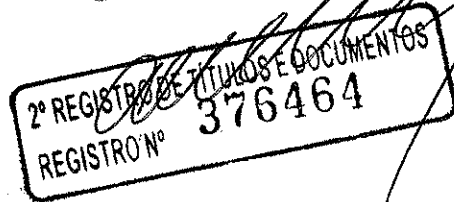


Handwritten signatures and the number 1019425.

90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.14 abaixo) ("Valor Total da Emissão").
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 80.000 (oitenta mil) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Instituição Escrituradora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Instituição Escrituradora").
- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário").
- 6.9 *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações da emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo na Alienação



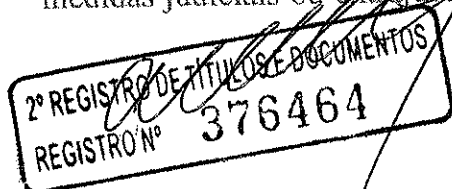
Cap Lu

Fiduciária de Bens Móveis, nos termos da Cláusula 6.12 abaixo, e na Alienação Fiduciária de Ações, nos termos da Cláusula 6.13 abaixo, e, adicionalmente, garantidas pela Fiança, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.

6.11 *Garantia Fidejussória.* Os Fiadores, neste ato, se obrigam, solidariamente entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente (entre si e com a Companhia) responsáveis por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.25 abaixo), devidos pela Companhia e pelos Garantidores nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão dos Contratos de Garantia, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia ("Fiança").

6.11.1 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

6.11.2 A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios, devidos pela Companhia e pelos Garantidores nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos



REGISTRAR
E SEGURANÇA

1018125



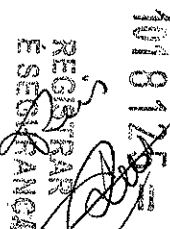
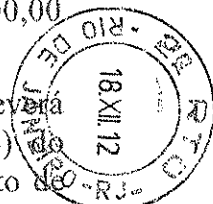
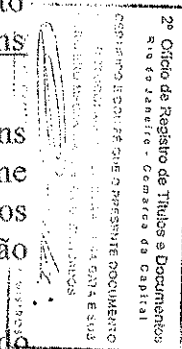
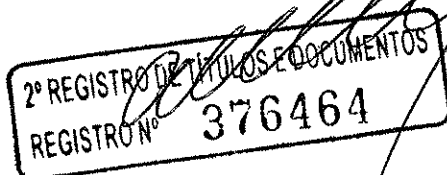
e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia.

6.11.3 Cada um dos Fiadores, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, exigir e/ou demandar a Companhia ou qualquer dos demais Garantidores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia e/ou de qualquer dos demais Garantidores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil (conforme definido na Cláusula 6.24 abaixo) contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

6.12 *Alienação Fiduciária de Bens Móveis.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, deverá ser constituída, até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Integralização, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Companhia ("Bens Móveis Alienados Fiduciariamente"), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis ("Alienação Fiduciária de Bens Móveis").

6.12.1 A Companhia se obriga a sempre manter, na Alienação Fiduciária de Bens Móveis, Bens Alienados Fiduciariamente, cujo Valor Agregado (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária) corresponda a, no mínimo, os percentuais abaixo, a serem apurados nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis:

- I. a partir da Data de Integralização (inclusive), o Valor Agregado deverá corresponder a, no mínimo, 62,5% (sessenta e dois inteiros e cinco décimos) do valor total da emissão, ou seja, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- II. a partir de 31 de julho de 2013 (inclusive), o Valor Agregado deverá corresponder a, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do Saldo Devedor das Debêntures (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis); e



6.13 *Alienação Fiduciária de Ações.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, deverá ser constituída, até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Integralização, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia de titularidade dos Garantidores ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Alienação Fiduciária de Ações", e em conjunto com a Fiança e com a Alienação Fiduciária de Bens Móveis, "Garantias").

6.13.2 Os Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas convocada especialmente para esse fim, autorizarão o Agente Fiduciário a realizar a liberação da Alienação Fiduciária de Ações, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, desde que, conforme verificado, a critério exclusivo dos Debenturistas, o valor agregado dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, calculado nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, corresponda a, no mínimo, 100% (cem) por cento do saldo devedor das Debêntures em circulação (assim entendido como o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração (conforme definido na Cláusula 6.17 abaixo, inciso II), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de cálculo, conforme informado pelo Agente Fiduciário) ("Liberação Antecipada"), sendo certo que os Debenturistas não poderão negar a Liberação Antecipada de maneira injustificada.

6.15 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes

9

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rio de Janeiro - Comércio de Capital

18.XII.12

RECIBIDO
SECRETARIA
7018125

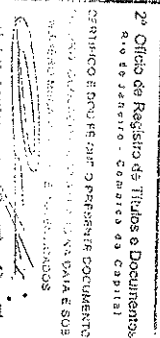
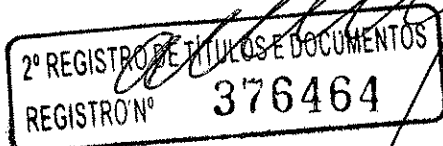
das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de dezembro de 2017 ("Data de Vencimento").

6.16 *Pagamento do Valor Nominal.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais e sucessivas, na seguinte ordem:

- I. 6 (seis) parcelas, cada uma no valor correspondente a 14,29% (quatorze inteiros e vinte e nove centésimos por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devidas em
20 de dezembro de 2014, 20 de junho de 2015,
20 de dezembro de 2015, 20 de junho de 2016,
20 de dezembro de 2016 e 20 de junho de 2017; e
- II. 1 (uma) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devida na Data de Vencimento.

6.17 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 20 (vinte) dos meses de junho e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de junho de 2013 e o último, na Data de



1018123

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

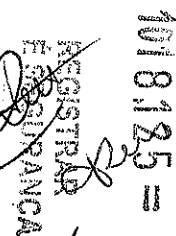
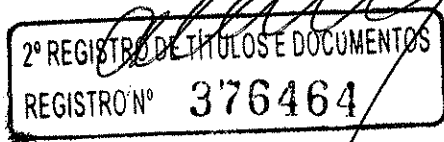
k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de "1" até "n";

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

$spread = 3,0000$; e

n = número de dias úteis entre a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

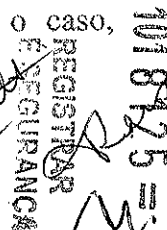
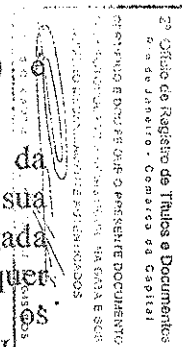
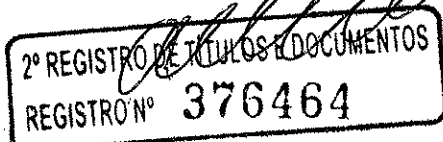
Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.17.1 Observado o disposto na Cláusula 6.17.2 abaixo, se, quando do cálculo da Remuneração, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, os Fiadores e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.17.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso,



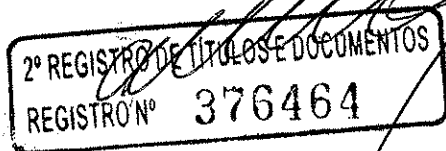
convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo da Remuneração, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia, os Fiadores e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia e os Fiadores, de forma solidária, se obrigam, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo da Remuneração, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.17.3 Os Fiadores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 6.17.1 e 6.17.2 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia e aos Fiadores de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. Os Fiadores, desde já, concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.17.2 acima.

6.18 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.19 *Resgate Antecipado Facultativo.* A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado facultativo de qualquer das Debêntures.

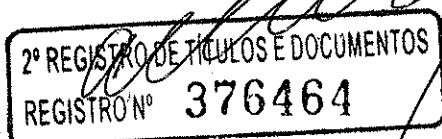
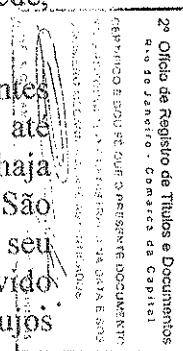
6.20 *Amortização Antecipada Facultativa.* A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa de qualquer das Debêntures.



REGISTRAR
E SEGURANÇA

1018125 =

- 6.21 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.22 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.23 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, a prêmio de resgate antecipado (se houver) e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) pela Companhia, nos demais casos, por meio da Instituição Escriuradora ou em sua sede, conforme o caso; ou (iii) pelos Garantidores, em qualquer caso, por meio da Instituição Escriuradora ou em sua sede, conforme o caso.
- 6.24 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil (assim entendido como qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo ("Dia Útil")) subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 6.25 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pelos Fiadores aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou



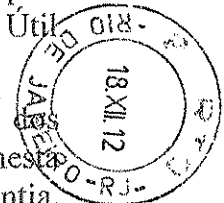
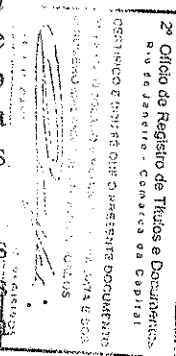
extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").

- 6.26 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.27 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.28 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.28.1, 6.28.2 e 6.28.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pelos Fiadores, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- I. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
- II. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

15



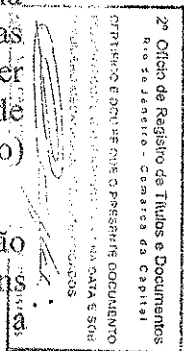
4018125 =

Handwritten signatures and stamps, including a vertical stamp that reads "REGISTRAR DE SEGURANÇA".

de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;

- III. inadimplemento, pela Companhia, da obrigação de uso dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
- IV. decisão judicial ou administrativa em qualquer instância de invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia (e/ou de qualquer de suas disposições);
- V. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer dos Garantidores, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo fundos de investimento), direta ou indireta, da Companhia ("Controladora"), por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direta ou indiretamente, pela Companhia ("Controlada"), e/ou por qualquer coligada (conforme definição de coligada prevista no artigo 243 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia ("Coligada"), desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer das Garantias;
- VI. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
- VII. exceto conforme permitido nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, com relação a qualquer dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário) ou

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

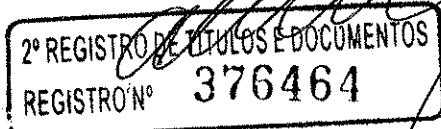
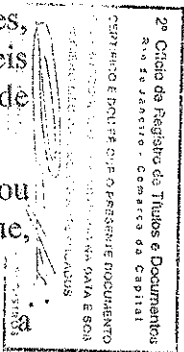


1018125

REGISTRAR
1018125
Handwritten signatures and marks.

outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus") (exceto pela Alienação Fiduciária de Bens Móveis), ou permissão ou promessa que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico (observado que o aqui disposto não se aplica a filiais da Companhia);

- VIII. com relação a qualquer das Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (exceto pela Alienação Fiduciária de Ações), ou permissão ou promessa que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico;
- IX. não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores da Alienação Fiduciária de Bens Móveis e/ou da Alienação Fiduciária de Ações, previstos nos Contratos de Garantia;
- X. morte, declaração de incapacidade, declaração de ausência ou declaração de insolvência de qualquer dos Garantidores, sem que, cumulativamente:
- (a) no prazo de até 10 (dez) dias contados da data do evento, a Companhia tenha indicado substituto;
 - (b) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da referida indicação, seja aprovado substituto por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, mediante aditamento a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia; e
 - (c) no prazo de 5 (cinco) dias contados da aprovação do substituto pelos Debenturistas, nos termos da alínea (b) acima, tenha sido celebrado aditamento a esta Escritura de Emissão, aos Contratos de Garantia e a todos e quaisquer documentos necessários à efetivação da substituição;



Handwritten signatures and marks, including a large 'R' and a signature that appears to be 'Rafael'.

- XI. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, de qualquer Controlada e/ou de qualquer Coligada, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso XIV abaixo; (b) decretação de falência da Companhia, de qualquer Controlada e/ou de qualquer Coligada; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia, por qualquer Controlada e/ou por qualquer Coligada; (d) pedido de falência da Companhia, de qualquer Controlada e/ou de qualquer Coligada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, de qualquer Controlada e/ou de qualquer Coligada, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- XII. liquidação ou dissolução do Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão II ("Fundo"), exceto se, como resultado de tal liquidação ou dissolução, as ações de emissão da Companhia de titularidade do Fundo passarem a ser de titularidade de qualquer dos atuais acionistas da Companhia;
- XIII. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIV. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, qualquer Controladora, qualquer Controlada e/ou qualquer Coligada, exceto:

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
- (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate (que corresponde ao valor do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

18

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rio de Janeiro - Comércio de Capitais
CERTIFICADO E DOUTRE QUE O PRESENTE DOCUMENTO
FÓI REGISTRADO EM 18/12/12 ÀS 14:11 HORAS
Pelo Tabelião de Notas, 1º Tabelião de Notas, 1º Tabelião de Notas

18/12/12
RJ

1010125

REGISTRAR
E
CONFERIR

Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a 1% (um por cento);

- (c) pela incorporação, pela Companhia, de qualquer Controlada; ou
- (d) pela cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo o Fundo, se, como resultado de tal cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária, as ações de emissão da Companhia de titularidade do Fundo passarem a ser de titularidade de qualquer dos atuais acionistas da Companhia e/ou do próprio Fundo;

XV. caso, até a Data de Vencimento, a participação de qualquer dos acionistas da Companhia no capital social da Companhia, conforme vigente na Data de Emissão, seja alterada em mais que 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, exceto se:

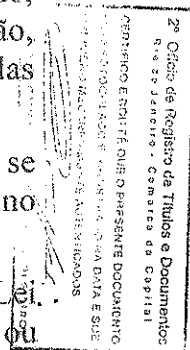
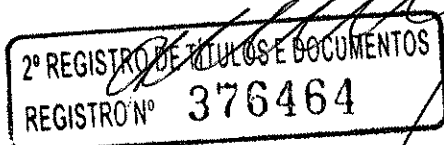
- (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou
- (b) a transferência das ações ocorra para os atuais acionistas da Companhia;

XVI. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;

XVII. amortização de ações de emissão da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;

XVIII. reembolso de ações da Companhia, nos termos no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem, de forma individual ou agregada, até a Data de Vencimento, mais que 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;

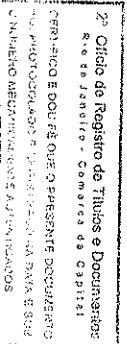
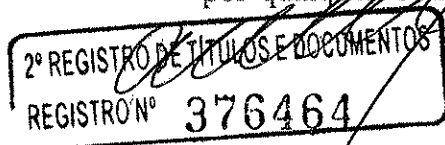
XIX. caso (i) qualquer dos Garantidores deixe de ser controlador (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, de qualquer Controlada e/ou de qualquer Coligada; ou (ii) o Fundo deixe de ser acionista da Companhia, exceto se:



REGISTRAR
E SEGURANÇA

1018125 =

- (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou
- (b) a transferência das ações de titularidade do Fundo ocorra para qualquer dos atuais acionistas da Companhia;
- XX. alteração do objeto social da Companhia e/ou de qualquer Controlada, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) não resultar na alteração da atividade principal da Companhia e/ou da Controlada, conforme o caso;
- XXI. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, é falsa ou incorreta;
- XXII. inadimplemento, pela Companhia, por qualquer dos Garantidores, por qualquer Controlada, por qualquer Controladora (exceto com relação ao Fundo) e/ou por qualquer Coligada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação assumida perante qualquer dos Debenturistas e/ou qualquer sociedade do grupo econômico dos Debenturistas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, se houver tal prazo;
- XXIII. inadimplemento, pela Companhia, por qualquer dos Garantidores, por qualquer Controlada, por qualquer Controladora (exceto com relação ao Fundo) e/ou por qualquer Coligada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida ou obrigação, que não esteja prevista no inciso XXII acima, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, se houver tal prazo;
- XXIV. vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação da Companhia, de qualquer dos Garantidores, de qualquer Controlada, por qualquer Controladora (exceto com relação ao Fundo) e/ou de qualquer Coligada (ainda que na condição de garantidora), assumida perante qualquer dos Debenturistas e/ou sociedade do grupo econômico dos Debenturistas;
- XXV. vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação da Companhia, de qualquer dos Garantidores, de qualquer Controlada, por qualquer Controladora (exceto com relação ao Fundo) e/ou de



REGISTRAR
SEGURANÇA

1018125 =

qualquer Coligada (ainda que na condição de garantidora), que não esteja prevista no inciso XXIV acima, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

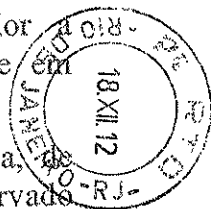
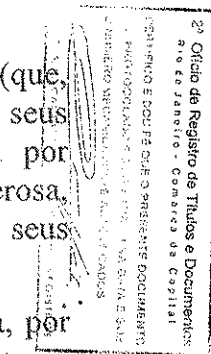
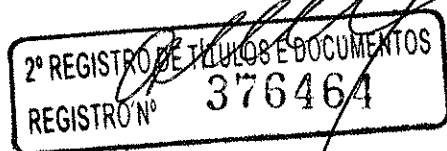
XXVI. protesto de títulos contra a Companhia, qualquer dos Garantidores, qualquer Controlada, qualquer Controladora (exceto com relação ao Fundo) e/ou qualquer Coligada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 3 (três) dias a contar da intimação da Companhia, de qualquer dos Garantidores, de qualquer Controlada, de qualquer Controladora (exceto com relação ao Fundo) e/ou de qualquer Coligada, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);

XXVII. inadimplemento, pela Companhia, por qualquer dos Garantidores, por qualquer Controlada, por qualquer Controladora (exceto com relação ao Fundo) e/ou por qualquer Coligada, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral, contra a Companhia, qualquer dos Garantidores, qualquer Controlada e/ou qualquer Coligada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

XXVIII. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência (que, para evitar dúvidas, não inclui locação no curso normal de seus negócios), pela Companhia, por qualquer Controlada e/ou por qualquer Coligada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), exceto pela venda de ativos(s) no curso normal de seus negócios;

XXIX. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, por qualquer dos Garantidores, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), em valor, individual ou agregado no período de 12 (doze) meses imediatamente anterior, igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

XXX. constituição de qualquer Ônus sobre ativo(s) da Companhia, de qualquer Controlada e/ou de qualquer Coligada, exceto (observado que nenhuma das exceções abaixo se aplicará aos Bens Móveis Alienos Fiduciariamente e/ou às Ações Alienas Fiduciariamente):



REGISTRAR
E
SEGURANÇA

4018125

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
- (b) por Ônus existentes na Data de Emissão, conforme previsto nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo, inciso I) então mais recentes na Data de Emissão;
- (c) por Ônus constituídos em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes na Data de Emissão, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada;
- (d) por Ônus existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma Controlada e que não tenha sido criado em virtude ou em antecipação a esse evento;
- (e) por Ônus constituídos para financiar a aquisição, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que o Ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido;
- (f) por Ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos, desde que tais Ônus recaiam sobre ativo(s) da Companhia, de qualquer Controlada e/ou de qualquer Coligada no valor, individual ou agregado, de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, conforme laudo de avaliação elaborado à época da constituição do Ônus; ou
- (g) por quaisquer Ônus constituídos em garantia de novas dívidas incorridas pela Companhia, por qualquer Controlada e/ou por qualquer Coligada após a celebração desta Escritura de Emissão, desde que, após a constituição dos Ônus objeto desta alínea (g) e dos Ônus previstos nas alíneas (a) a (f) acima, permaneça(m) livre(s) de Ônus, ativo(s) da Companhia, das Controladas e das Coligadas, em valor, individual ou agregado, correspondente a (i) até 31 de dezembro de 2014, no mínimo, 10% (dez por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior; (ii) durante o ano de 2015, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação,

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rio de Janeiro - Comércio de Capital



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

10181254
REGISTRAR
E
REGULAR
[Handwritten signatures and marks]

acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior; e (iii) a partir, inclusive de 2016, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior;

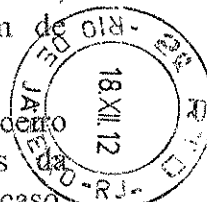
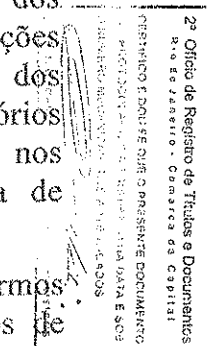
- XXXI. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia, por qualquer Controlada e/ou por qualquer Coligada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade de seus ativos ou de ativo(s) que resulte ou possa resultar em um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- XXXII. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, por qualquer dos Garantidores, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade de seus ativos ou de ativo(s) com valor, individual ou agregado, no período de 12 (doze) meses imediatamente anterior, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- XXXIII. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia e/ou qualquer dos Garantidores esteja(m) em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão;
- XXXIV. verificação que qualquer das obrigações da Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia deixem de ter prioridade, no mínimo, *pari passu* com todas as demais dívidas quirografárias da Companhia, em todos os casos, presentes ou futuras, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal; ou
- XXXV. não observância, pela Companhia, de qualquer do índice financeiro abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado nos termos da Cláusula 7.1 abaixo, inciso II, alínea (a), e, em qualquer caso, verificado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

23

REGISTRO
E SECURANÇA

1018125



informações a que se refere a Cláusula 7.1 abaixo, inciso II, alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2012: índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido na Cláusula 6.28.5 abaixo, inciso I) pelo EBITDA (conforme definido na Cláusula 6.28.5 abaixo, inciso II), que deverá ser igual ou inferior a:

- (a) 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos), com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2012 e a 30 de junho de 2013;
- (b) 3,00 (três inteiros), com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2013 e a 30 de junho de 2014;
- (c) 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos), com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2014 e a 30 de junho de 2015;
- (d) 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos), com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2015 e a 30 de junho de 2016; e
- (e) 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos), com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2016 e a 30 de junho de 2017.

6.28.1 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.28 acima, incisos I, III, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XIX, XX, XXIV, XXV ou XXXIII, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.28.2 Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.28.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

24

REGISTRAR
E
SEGURANÇA

1018125=3

18.XII.12

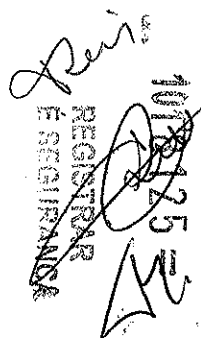
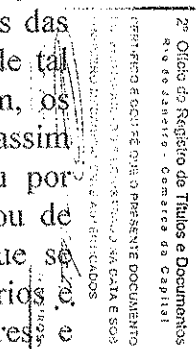
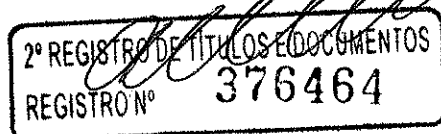
2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos,
Rio de Janeiro - Comércio de Capital
CERTIFICADO E FOLHA QUE O PRESENTE DOCUMENTO
FÓRmula de Registro de Títulos e Documentos
FÓRmula de Registro de Títulos e Documentos

Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.28.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia e os Garantidores se obrigam a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e pelos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigados, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios desde a data do inadimplemento.

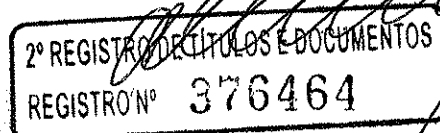
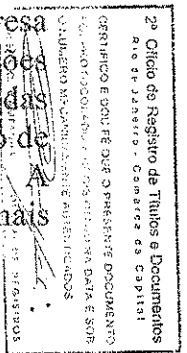
6.28.4 Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação. A Companhia e os Fiadores permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas.

6.28.5 Para os fins desta Escritura de Emissão:



- I. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o somatório dos saldos das dívidas consolidadas da Companhia, incluindo dívidas da Companhia perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos, avais, fianças e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; e
- II. "EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo do exercício social objeto da apuração.

- 6.29 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOEBA e no jornal "Tribuna da Bahia", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.30 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.



1018125 = 3

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1018125 = 3

I. para a Companhia:

A Geradora Aluguel de Máquinas S.A.
Avenida Barros Reis 2545 A/D, Pau Miúdo
40320-010 Salvador, BA

At.: Sr. Antônio Rogério Fernandes Reis
Sr. Jamerson Barreiro
Sr. Savio Pereira de Andrade
Telefone: (71) 2104-2555
Fac-símile: (71) 3233-8426
Correio Eletrônico: rogerioreis@ageradora.com.br
jamerson.barreiro@ageradora.com.br
financeiro.banco@ageradora.com.br
savio.andrade@ageradora.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira
(Back Office Financeiro)
Srta. Nathalia Machado
(Assuntos Jurídicos e Estruturação)
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br
juridico@pentagonotrustee.com.br

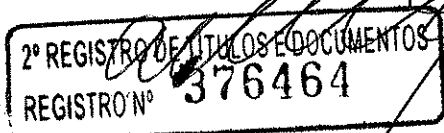
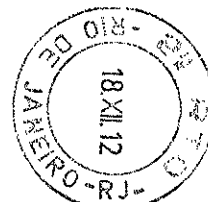
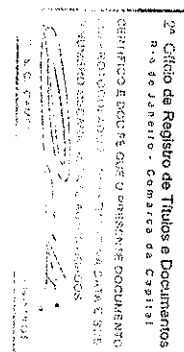
III. para os Garantidores:

Sr. Antônio Celso do Amaral Reis
Sra. Terezinha Fernandes Reis
Avenida Barros Reis 2545 A/D - Pau Miúdo
40310-010 Salvador, BA

Telefone: (71) 2104-2555
Fac-símile: (71) 3233-8426
Correio Eletrônico: celso@ageradora.com.br

Sr. Enilson Moreira de Lima
Avenida Barros Reis 2545 A/D - Pau Miúdo
40310-010 Salvador, BA

Telefone: (71) 2104-2555
Fac-símile: (71) 3233-8426
Correio Eletrônico: enilson@ageradora.com.br



27

REGISTRAR
E
SEGURANÇA

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DOS GARANTIDORES

7.1 A Companhia e os Garantidores, de forma solidária, estão adicionalmente obrigados a:

I. disponibilizar em sua página na Internet e fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("Auditor Independente"), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia"); e

(b) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término do primeiro semestre de seu exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas ao respectivo semestre, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Semestrais da Companhia", sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Semestrais da Companhia, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia");

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

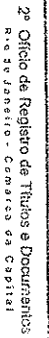
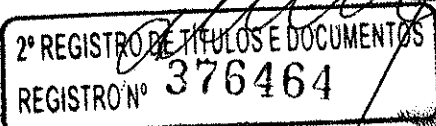
(a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data a que se refere o inciso I acima, alíneas (a) e (b), (i) as rubricas necessárias à verificação do Índice Financeiro; (ii) a demonstração do cálculo do Índice Financeiro, apurado pelo Auditor Independente, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia, ou pela Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas Semestrais da Companhia; e (iii) declaração firmada por representantes legais da Companhia acerca da veracidade e ausência de vícios do Índice Financeiro e da inexistência de qualquer Evento de Inadimplemento, sob pena

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

REGISTRAR
E SEGURANÇA.

de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (d) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada à ocorrência de um Evento de Inadimplemento;
- (e) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia, de qualquer dos Garantidores, de qualquer Controlada e/ou de qualquer Coligada; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia ("Efeito Adverso Relevante");
- (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCEB e os competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCEB e registro ou averbação perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
- (i) até o dia 30 de março de cada ano, declaração do imposto de renda de cada um dos Garantidores;



(j) na mesma data em que as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Semestrais da Companhia forem enviadas nos termos do inciso I acima, declaração de que a Companhia, as Controladas e as Coligadas mantêm, na data da declaração, e mantiveram, durante o período de 6 (seis) meses imediatamente anterior à data da declaração, livre(s) de Ônus, ativo(s) da Companhia, das Controladas e das Coligadas, em valor, individual ou agregado, correspondente a (i) até 31 de dezembro de 2014, no mínimo, 10% (dez por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior; (ii) durante o ano de 2015, no mínimo, 20% (vinte por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior; e (iii) a partir, inclusive de 2016, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior;

(k) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da Data de Integralização, declaração firmada por representantes legais da Companhia acerca da utilização de parte dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima, item (i), acompanhada de cópia dos respectivos comprovantes de quitação dos passivos da Companhia listados no Anexo I a esta Escritura de Emissão; e

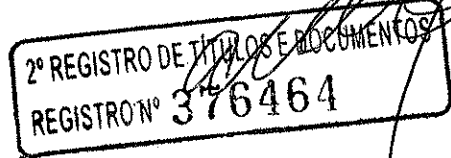
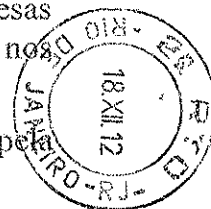
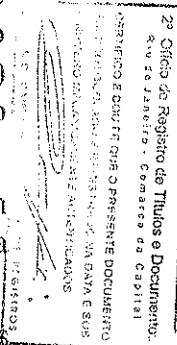
(l) no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Data de Integralização, declaração firmada por representantes legais da Companhia acerca da utilização de parte dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima, item (ii), acompanhada de cópia dos respectivos comprovantes de quitação dos passivos da Companhia;

(m) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de utilização dos recursos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Companhia e acerca da utilização de parte dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima, itens (iii) e (iv);

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

REGISTAR
E SEGUINÇA

- III. cumprir, e fazer com que as Controladas e as Coligadas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou por aqueles cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- IV. manter, e fazer com que as Controladas e as Coligadas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- V. manter, e fazer com que as Controladas e as Coligadas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- VII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (SDT) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- VIII. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e, se aplicável, dos Garantidores;
- IX. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- X. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XI. convocar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil a contar da data em que tiver conhecimento, assembleia geral de Debenturistas para

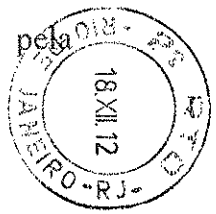
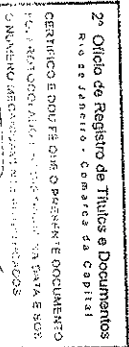


deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;

XII. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e

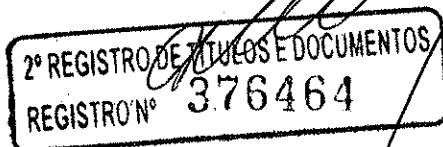
XIII. exclusivamente com relação à Companhia, sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

- (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.



8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação

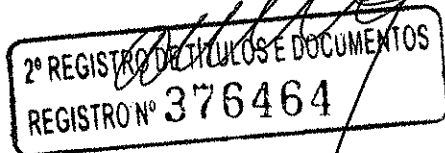
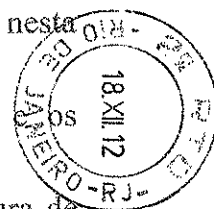
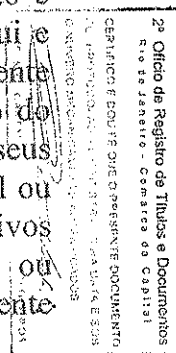


1018125
REGISTRAR
E SEGURANÇA

Ref. M. [Signature]

para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e todos os seus termos e condições;
- VIII. verifica a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, com base nas informações prestadas pela Companhia e pelos Garantidores, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de



Handwritten signatures and stamps, including a large '1018125' and a 'REGISTRAR' stamp.

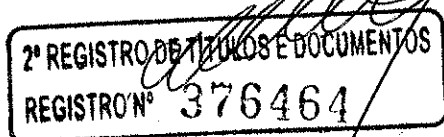
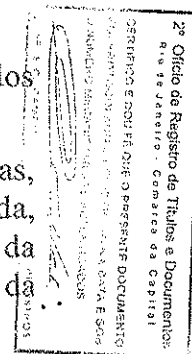
verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;

- IX. verificou a regularidade da constituição da Fiança e verificará a regularidade da constituição da Alienação Fiduciária de Bens Móveis e da Alienação Fiduciária de Ações, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- X. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- XI. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XIII. concorda com o risco de não ter reembolsadas as despesas que tiver incorrido caso tais despesas tenham sido realizadas em discordância com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (b) a função fiduciária que lhe é inerente;
- XIV. não tem qualquer ligação com a Companhia e/ou com qualquer dos Garantidores que o impeça de exercer suas funções; e
- XV. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, ou até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

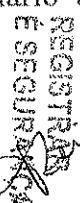
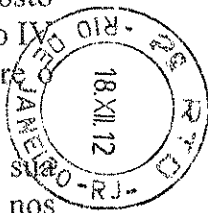
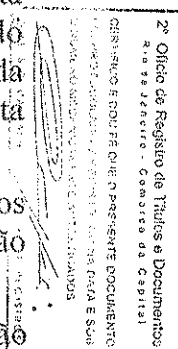
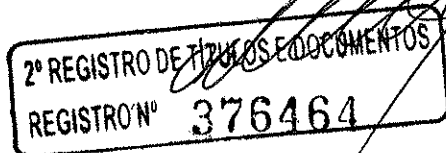
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu



1018125
REGISTRAR
E
SEGURANÇA
Raf. Lu. [Signature]

substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.29 e 6.30 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

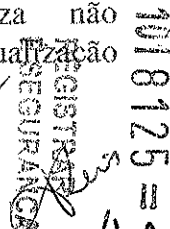
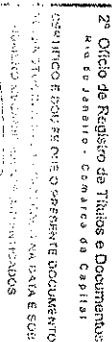
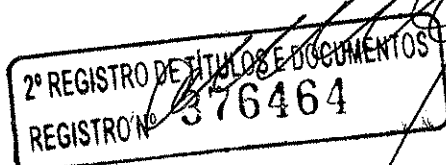


1018125 =

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

- (a) de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Companhia (sem prejuízo da Fiança), sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia e/ou pelos Garantidores, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima;
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, sem prejuízo da atualização monetária, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização



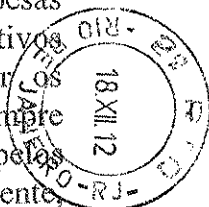
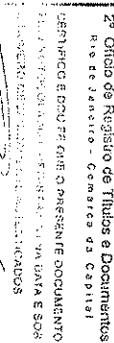
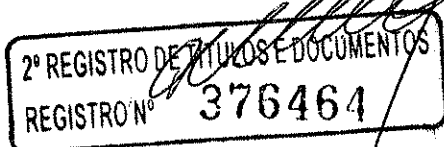
monetária pelo IGPM, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e

- (f) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;

II. será reembolsado pela Companhia (sem prejuízo da Fiança) por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- (d) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
- (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- (f) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou dos Garantidores no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia (sem prejuízo da Fiança), sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de



1018125

REGISTRAR
SEGURANÇA

Handwritten signature.

Handwritten signature.

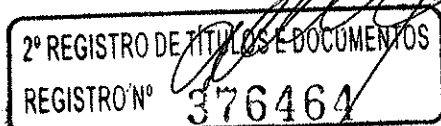
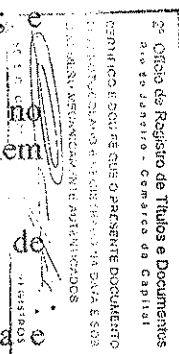
Handwritten signature and mark.

terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia e dos Garantidores, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou os Garantidores não o façam, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e as respectivas averbações

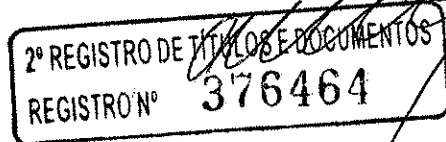
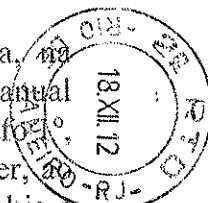
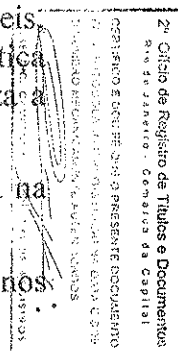


REGISTRAR
E
GARANTIR

1018125

de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. verificar a regularidade da constituição da Fiança, da Alienação Fiduciária de Bens Móveis, da Alienação Fiduciária de Ações e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- XI. examinar proposta de substituição de qualquer das Garantias, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas;
- XII. intimar a Companhia e os Garantidores a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- XIV. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XVI. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVII. elaborar, no prazo legal, e enviar uma cópia à Companhia, na mesma data em que disponibilizar aos Debenturistas, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia e os Garantidores enviar todas as informações financeiras, organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum,

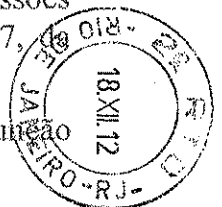
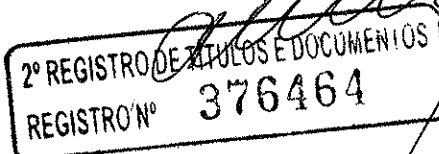


1018125 =
REGISTRAR
SEGURANÇA

as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores;
- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pelos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

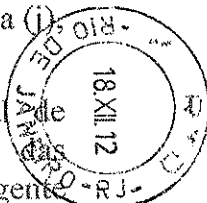
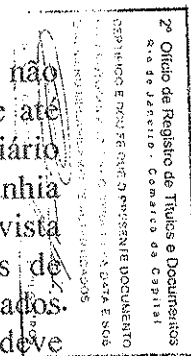
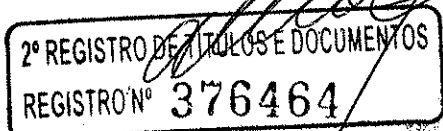
XVIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no



escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;

- XIX. publicar, às expensas da Companhia (sem prejuízo da Fiança), nos termos da Cláusula 6.29 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVIII acima;
- XX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XXI. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
- XXII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e (b) daquela relativa à observância do Índice Financeiro;
- XXIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.29 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;
- XXIV. divulgar as informações referidas no inciso XVII acima, alínea (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
- XXV. divulgar, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado, em conjunto, pela Companhia e pelo Agente Fiduciário.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de



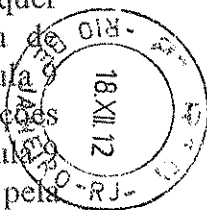
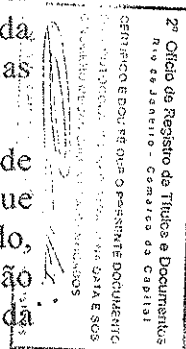
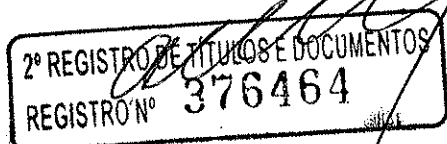
Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.28 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
- II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
- III. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, insolvência (conforme aplicável), recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores.

8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.28, 6.28.1, 6.28.2 e 6.28.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 8.5 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 8.5 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe



1018125

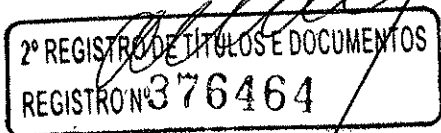
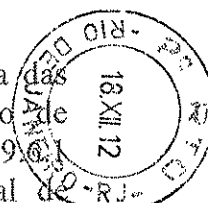
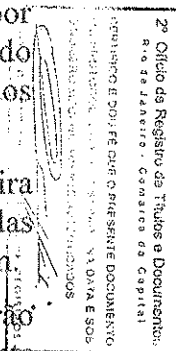
REGISTRAR
RECENZANCIA

forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia e os Garantidores.

- 8.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.29 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios, aos representantes do Agente Fiduciário (apenas secretaria, se for o caso) ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:



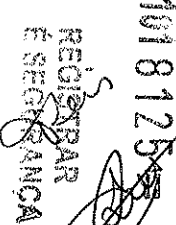
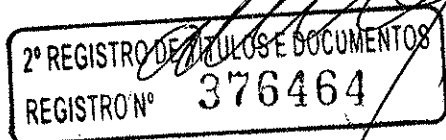
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1018125 =

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.17.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) de qualquer das Garantias, exceto pelas substituições de bens objeto de qualquer das Garantias nos termos dos respectivos Contratos de Garantia; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (j) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (k) da criação de evento de oferta facultativa de resgate antecipado; ou (l) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento.
- 9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia e/ou a qualquer dos Garantidores; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DOS GARANTIDORES

- 10.1 A Companhia e os Garantidores, de forma solidária, neste ato, declaram que
- I. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM;



Handwritten signature

Handwritten signature

- II. os Garantidores são capazes para a prática de todos os atos da vida civil, e o estado civil (a) do Sr. Antônio Celso do Amaral Reis é casado em regime de comunhão universal de bens com Terezinha Fernandes Reis; (b) e (b) do Sr. Enilson Moreira de Lima é divorciado;
- III. estão devidamente autorizados e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia de que são parte e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- IV. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia de que são parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- V. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia de que são parte e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e dos Garantidores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- VI. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia de que são parte e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou qualquer dos Garantidores seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou qualquer dos Garantidores seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou de qualquer dos Garantidores, exceto pela Alienação Fiduciária de Bens Móveis e pela Alienação Fiduciária de Ações; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer dos Garantidores e/ou qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rio de Janeiro - Comércio de Capital
CERTIFICADO E NOTIFICADO O PRESENTE DOCUMENTO
EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012
Pelo Tabelião de Notas e Registrador de Imóveis
e de Títulos e Documentos

18.XII.12
RJ

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

1018125 =
REGISTRAR E SEGURANÇA
Lm #

e/ou qualquer dos Garantidores e/ou qualquer de seus respectivos ativos;

- VII. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VIII. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e dos Garantidores, em observância ao princípio da boa-fé;
- IX. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- X. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2011 e 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes apresentadas aos Coordenadores, a Companhia não tem conhecimento de qualquer evento ou situação que cause ou possa vir a causar qualquer Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão ou de qualquer operação envolvendo a Companhia, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Companhia, bem como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Companhia;
- XI. estão, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou por aqueles cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XII. estão, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rio de Janeiro - Comércio de Capital
CERTIFICO E DOU FE QUE O PRESENTE DOCUMENTO
Foi recebido em 18/12/2012 às 14h00min
O DIRETOR DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

1018125-3
REGISTRAR
S. GUARARICA
Handwritten signatures and initials.

obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

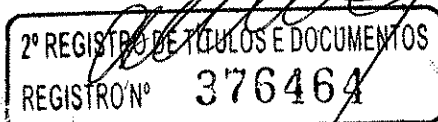
- XIII. possuem, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- XIV. inexistem, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos Contratos de Garantia; e
- XV. não há qualquer ligação entre a Companhia ou qualquer dos Garantidores e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

10.2 A Companhia e os Garantidores, de forma solidária, irrevogável e irretratável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

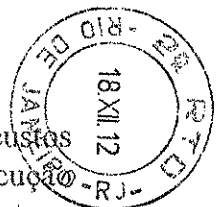
10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia e os Garantidores obrigam-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia e dos Garantidores todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e das Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora, do Banco Mandatário e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e às Garantias.



47



REGISTRAR
E
ESCRITURAR

1018125

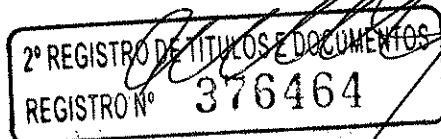
12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

2º Ofício de Registro de Imóveis e Documentação
R. de Jacinto - Comarca da Capital
GERENCIAL E TÉCNICO DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTAL
CURSO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E DOCUMENTAÇÃO
CURSO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E DOCUMENTAÇÃO

13. LEI DE REGÊNCIA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.



48



1018425 =

14. FORO

- 14.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

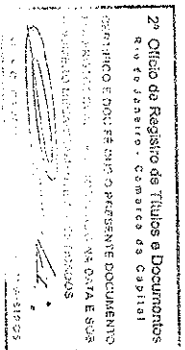
Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 10 de dezembro de 2012.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

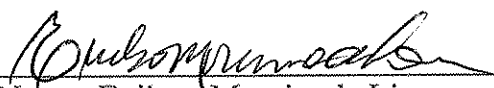
2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

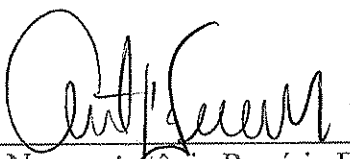


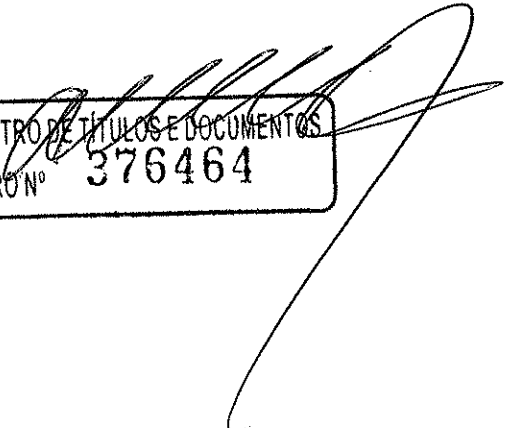
1018425 =
REGISTAR
SEGURANÇA

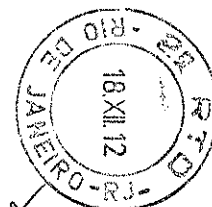
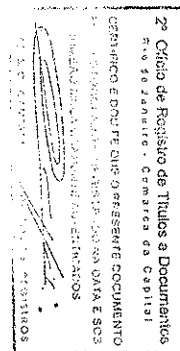
Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão de A Geradora Aluguel de Máquinas S.A., celebrado em 10 de dezembro de 2012, entre A Geradora Aluguel de Máquinas S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Antônio Celso do Amaral Reis, Enilson Moreira de Lima e Terezinha Fernandes Reis – Página de Assinaturas 1/4.


A GERADORA ALUGUEL DE MÁQUINAS S.A.


Nome: Enilson Moreira de Lima
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Antônio Rogério Fernandes Reis
Cargo: Diretor Administrativo Financeiro


2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464






REGISTRAR
E OBRIGAR

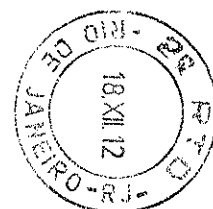
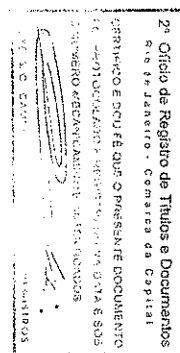
1018125 =


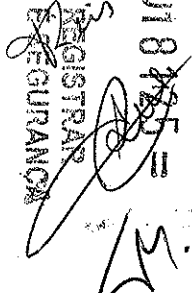

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão de A Geradora Aluguel de Máquinas S.A., celebrado em 10 de dezembro de 2012, entre A Geradora Aluguel de Máquinas S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Antônio Celso do Amaral Reis, Enilson Moreira de Lima e Terezinha Fernandes Reis – Página de Assinaturas 2/4.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: **Pedro Silva**
Procurador


2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464

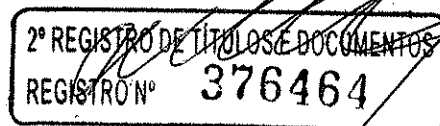
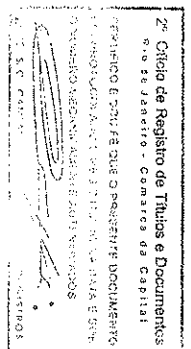



10187857
REGISTRAR
EXCURSAM



Antônio Celso do Amaral Reis
ANTÔNIO CELSO DO AMARAL REIS


ENILSON MOREIRA DE LIMA

Terezinha Fernandes Reis
TEREZINHA FERNANDES REIS



REGISTRAR
E SEGRANCO

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão de A Geradora Aluguel de Máquinas S.A., celebrado em 10 de dezembro de 2012, entre A Geradora Aluguel de Máquinas S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Antônio Celso do Amaral Reis, Enilson Moreira de Lima e Terezinha Fernandes Reis – Página de Assinaturas 4/4.

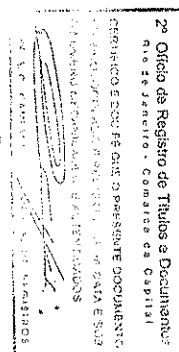
Testemunhas:



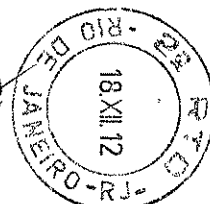
Hannah Ueira Pires da Silva
 Nome: Hannah Ueira Pires da Silva
 Id.: 2189374-8
 CPF/MF: 117.291.624-62

Paula Leica Aguiar Lima
 Nome: Paula Leica Aguiar Lima
 Id.: 0962939188
 CPF/MF: 019.006.975-77

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 REGISTRO Nº 376464



CARTÓRIO SANTOS SILVA
 2º Registro de Títulos e Documentos
 Rua da Espanha, nº 02 - 5º Andar - Comércio - Salvador / BA
 Protocolo nº 00010887 - Livro A-35
 Registro nº 00376464 - Livro B-1
 O QUE CERTIFICO
 Salvador - BA - 10/12/2012
Maria Luiza dos Santos Silva Abbehusen - Oficial
Danielle Gomes Nascimento Tudela - Substituta
 Custas: Emol. 7.427,90 Taxa Fiscalização: 4.011,10 Total: 11.439,00



1018125 =
 REGISTRAR
 E SEGURO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
COM GARANTIA REAL, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
A GERADORA ALUGUEL DE MÁQUINAS S.A.**

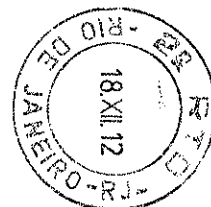
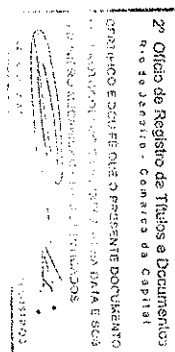
ANEXO I

PASSIVOS FINANCEIROS A SEREM QUITADOS

Banco	Contrato	Modalidade	Valor Principal R\$	Saldo atual R\$
BANCO ITAU	100111080018900	CAPITAL DE GIRO	11.000.000,00	11.020.650,83
BANCO ITAU	101111110006200	CAPITAL DE GIRO	2.000.000,00	2.003.801,35
BANCO ITAU	101111110011300	CAPITAL DE GIRO	14.000.000,00	14.628.856,81
BANCO ITAU	101112080011900	CAPITAL DE GIRO	5.000.000,00	5.003.585,05
BANCO SANTANDER	271226312	CAPITAL DE GIRO	4.000.000,00	4.001.404,15
BANCO VOTORANTIM	10142847	CAPITAL DE GIRO	4.000.000,00	4.020.142,61
BANCO VOTORANTIM	10146220	CAPITAL DE GIRO	5.000.000,00	5.019.153,03
TOTAL			45.000.000,00	45.697.593,83

ANEXO AO DOCUMENTO

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 376464



**REGISTRO
E SEGURO**
1018125 =

[Handwritten signatures and initials]